

“MODERNIZAÇÃO”, OU A ESTRATÉGIA TUCANA DE DESMONTE DA USP

Luiz Menna-Barreto
Professor Titular aposentado da EACH-USP

Vivemos no Estado de São Paulo décadas de hegemonia tucana na qual se alimenta e se reproduz a estratégia de desmonte do serviço público, em nome de suposta eficiência do controle privado de diversos setores, entre eles o da educação pública. Neste ensaio pretendo compartilhar minha experiência na USP de mais de quarenta anos. Parto de um relato dos momentos que vivi na universidade e das mudanças que testemunho no ambiente acadêmico e aponto a possibilidade de superação do estado atual

Daniel Garcia



Aula de nutrição na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), unidade que busca superar graves problemas ambientais (destaque)

Minha porta de entrada na USP foi em 1969, então estudante de medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, querendo conhecer a área de pesquisa sobre o cérebro que se instalava na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Dessa visita rápida surgiu a possibilidade de frequentar o Curso de Verão em Fisiologia Humana, experiência que me marcou profundamente, tanto pelo conhecimento adquirido como pela convivência com um ambiente acadêmico comprometido com o conhecimento científico, conteúdo rigoroso com propostas pedagógicas avançadas — lembre que estávamos na esteira das revoltas estudantis dos anos 1960 no Ocidente.

Gostei tanto do que vivi em Ribeirão Preto que me transferi do curso médico para o curso inovador de Ciências Biológicas Modalidade Médica, criado para formar futuros pesquisadores, alimentando os programas de pós-graduação que se instalavam naquela unidade. Foi bem o que aconteceu comigo, fascinado pelos temas de pesquisa em neurofisiologia (na época, na universidade muito departamentalizada, ainda não se usava o termo neurociências). Pois ali fui bolsista de iniciação científica e depois de mestrado, em ambos me ocupei das relações cérebro-comportamento em ratos. Mudei para São Paulo para o doutorado, sempre na USP, agora no recém-inaugurado Instituto de Ciências Biomédicas do *campus* Butantã (ICB). Mais uma vez minha história foi marcada pela atração por propostas inovadoras. Continuei na fisiologia e no cérebro de ratos no doutorado e participei de concurso para ingresso na carreira docente em 1978.

Desde esse momento até minha efetivação em 1980 conheci meandros da USP até então não imaginados. Fui uma das vítimas do odioso processo de triagem ideológica, como passou a ser conhecido na época. Uma memória dessa triagem acabou sendo publicada em um livro originalmente chamado *Livro Negro da USP* e que foi rebatizado para *O Controle Ideológico na USP (1964-1978)*. Faço questão de identificar os responsáveis pela minha contratação, os colegas docentes do Departamento de Fisiologia e Farmacologia (atual Fisiologia e Biofísica) que encaminharam abaixo-assinado à Reitoria exigindo minha contratação. Esses fatos contribuem para a compreensão do caráter ambivalente da minha universidade: se, por um lado, abrigava (ainda abriga) defensores da Ditadura, também acolhia opositores.

Permaneci no ICB até 2004-2005 quando, como representante dos doutores no Conselho Universitário da USP, ouvi pela primeira vez sobre o projeto da USP Zona Leste, que viria a ser a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Adorei a proposta, sobretudo em virtude de seus princípios fundadores: *interdisciplinaridade, protagonismo dos alunos, ausência de departamentos e compromisso de resgate da dívida social da universidade com seu entorno social*. Solicitei e foi aprovada minha transferência e desde 2005 mantenho minhas atividades nessa nova unidade. E nessa USP estou até hoje, agora como professor titular aposentado e colaborador sênior desde junho de 2017. Mantenho a convicção de que a transferência foi um passo acertado dentro da minha leitura de universidade, mesmo vivendo nos últimos tempos o cenário de desmonte da universidade pública objeto deste ensaio. No final deste ensaio compartilho balanço de minha experiência na EACH.

**No ensino o processo de
uberização é mais evidente
na tendência de contratações
temporárias para ministrar
disciplinas específicas. Esse
procedimento tende a criar
duas categorias de docentes:
os grandes pesquisadores e os
dadores de aulas, com óbvios
prejuízos para a formação
dos estudantes**

Volto aos aspectos gerais daquilo que entendo como crise da universidade pública em geral e da USP em particular, que entendo como presença de sinais de desmonte. Assistimos hoje ao processo de privatização das universidades públicas, e da USP em particular, em ritmo variável mas sempre crescente.

A USP nasce de uma contradição fundamental: criada como universidade estadual pública e ao mesmo tempo destinada à formação intelectual da elites dessa mesma

sociedade. A USP passou a representar assim, o que caracteriza as universidades públicas brasileiras: um ensino para a elite custeado por verbas públicas. Essa situação ambivalente vem acompanhada da concepção de que o conhecimento é neutro, que está além e acima da sociedade. E que o processo de seleção (vestibular) seleciona de fato os mais dotados independentemente de sua origem social — embora as estatísticas não apontem na mesma direção. Seriam então jovens geneticamente superiores que só por acaso frequentaram escolas particulares em sua maioria? Dificilmente podemos concordar com essas especulações que nada mais fazem do que levantar uma cortina de fumaça encobrendo a discriminação social, aí incluídas evidentemente outras como a étnica e de gênero. Cada vez mais me parecem necessárias medidas urgentes de permanência estudantil que tornem efetiva a implantação de cotas sociais e raciais na universidade pública, mas é claro que essa não é a política das direções da USP, sempre mais tímida e atrasada no cenário do ensino superior público (e a última das grandes instituições a aprovar as cotas, somente em 2017).

Um outro sinal de desmonte é o que podemos chamar de “uberização” do trabalho docente tanto nas atividades de ensino como de pesquisa. Por uberização entendo o processo de transformar trabalhadores devidamente registrados (por exemplo, taxistas) em agentes autônomos (os uberizados). Detalho minha visão a seguir.

No ensino, esse processo é mais evidente na tendência de contratações temporárias para ministrar disciplinas específicas, em nome de restrições orçamentárias. Alguns poucos privilegiados e muito produtivos seriam conservados nos quadros efetivos e os temporários assumiriam suas disciplinas, afinal porque “dar aulas na graduação é uma atividade menor”, como eu costumava ouvir de colegas mais titulados no ICB. Esse procedimento tende a criar duas categorias de professores: os grandes pesquisadores e os dadores de aulas, com óbvios prejuízos na formação dos estudantes.

Na pesquisa o processo é mais sutil, alega-se tratar-se de um processo de modernização que nada tem de atual na medida em que associa o desmonte de grupos de pesquisa ao incentivo ao tal empreendedorismo — como se isso fosse novidade no sistema capitalista. Claro que empreendedores são eventualmente necessários, mas às custas da pesquisa acadêmica?

O conjunto de disciplinas do Ciclo Básico da EACH sofre críticas inspiradas no empreendedorismo: a formação crítica dos alunos seria perda de tempo. A criação de um curso de Biotecnologia em lugar de uma turma de Licenciatura em Ciências da Natureza é exemplo dessa tendência

Alguns aspectos contraditórios na história da EACH, em seus 12 anos de existência, merecem ser apontados. Em decorrência da constatação da contaminação do solo, passamos por uma crise que levou à interdição da unidade — terra contaminada derivada da construção de um templo evangélico foi depositada na EACH irregularmente sob a responsabilidade do diretor J. J. Boueri, agravando a má qualidade do solo das margens do Tietê. Foi um momento muito difícil, aulas transferidas para universidades privadas, incertezas quanto ao futuro da unidade. Dúvidas persistem até hoje sobre a real qualidade do terreno, há sim contaminantes mas abaixo dos níveis críticos, somos assim informados. Essa situação foi agravada na época pela direção errática de Boueri e de seu vice. Boueri foi então afastado da direção pela Congregação da unidade, em sessão aberta da qual eu saí diretor *pro tempore* na qualidade de decano. Durei pouco tempo na direção com a posse do então vice Leite, que completou o mandato de Boueri, o qual não trouxe nenhum avanço no projeto original. O quadro resultante de certa forma perdura até hoje: um projeto original avançado mas em larga medida comprometido com os jogos de poder da universidade.

O momento seguinte foi o da eleição de nova direção, fui candidato com votação expressiva entre docentes e estudantes mas com derrota entre os funcionários. A direção eleita vinha na tradição do ex-reitor J.G. Rodas, teve seu mandato terminado no final de 2017. A eleição

que se seguiu para a renovação da direção acabou expressando o desejo da comunidade de novos tempos. Veremos.

Cabe bem, nesse contexto, uma avaliação dos princípios fundadores da USP Leste. Quanto ao *protagonismo* dos alunos até que estamos bem, embora o conjunto de disciplinas do chamado Ciclo Básico (núcleo duro de propostas pedagógicas avançadas) venha sofrendo críticas, quase todas inspiradas no pseudocontemporâneo empreendedorismo. Essas críticas partem do pressuposto de que a formação crítica dos alunos é perda de tempo, o que eles precisam (até por serem da zona leste da capital) é de qualificação técnica. Um exemplo atual dessa tendência é a extinção de uma turma do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, substituída por um curso de Biotecnologia, bem ao gosto dos que não gostam de mentes críticas.

Em relação ao *resgate da dívida social* com o entorno, só vejo a unidade recuar nos últimos anos — importante reconhecer que ocorreram várias tentativas de diálogo com os movimentos sociais da zona leste, que praticamente todas morreram na boa intenção. Um movimento positivo, na direção oposta, ou seja, no sentido de valorizar esses movimentos, resultou na aprovação da criação de um Conselho da Comunidade, proposta abraçada pela nova direção cujo mandato agora se inicia.

A proposta de *interdisciplinaridade* juntamente com a *ausência de departamentos* como forma de organização merece comentário especial. A forma de organização foi objeto de um referendo na unidade em 2017, referendo no qual foram confrontados dois modelos: divisão por departamentos seguindo o modelo uspiano tradicional e um novo modelo que ficou conhecido como modelo dos Núcleos de Pesquisa e Docência ou NPDEs. A proposta dos NPDEs venceu nas três categorias e serviu de base para a disputa da direção que se seguiu. A direção eleita apoiou explicitamente o projeto dos NPDEs, derrotando o



grupo que vinha dirigindo a unidade, simpático à departamentalização. A vitória dos NPDEs no entanto, apesar de conter avanços como o Conselho da Comunidade, produziu formações bem curiosas: alguns NPDEs são de fato interdisciplinares enquanto outros são bem parecidos com departamentos, agora em torno de cursos e não apenas de especialidades, mas sempre com cara de “clube de amigos”. A história ainda está para ser construída.

E agora vem meu otimismo. É um pouco do jogo “vai que dá certo”. Não tenho dúvida de que a conjuntura atual favorece a aceleração do desmonte, mas tampouco duvido que esse processo, no limite, gere sua superação, dado que as forças conservadoras tendem inevitavelmente (até porque a competição está em sua essência) ao conflito e, espero, mútua aniquilação. Das cinzas ergueremos a fênix da cultura, comprometida sim com a sociedade em geral e não com interesses de uma parcela cada vez menor. Mas esperarmos sentados não vai nos colocar como plateia privilegiada do fracasso do desmonte, é preciso reativar a vida acadêmica naquilo que a qualifica e justifica, que é a crítica dos tempos atuais junto com propostas de novos rumos. Que a reflexão e o debate consequente se tornem a rotina fértil de novos tempos na academia.